



RODRIGO CABRITA

Transportes. Oferta da Carris reduzida em 15% e da STCP em 11%

Oferta de transportes em Portugal vai ser “racionalizada” para aumentar viabilidade das empresas

Segundo o Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 (PET), a Carris e a STCP vão reduzir a oferta em 15% e 10,7% respectivamente, como forma de “aumentar a sustentabilidade financeira das empresas”. Além destas, também a CP irá prosseguir com o fecho de linhas, à imagem do que ocorrerá na Transtejo/Soflusa.

“A rede da Carris mantém uma parte significativa da sua estrutura praticamente inalterada desde há décadas, apesar de terem decorrido importantes evoluções demográficas e de o Metro se ter expandido para novas áreas da cidade”, aponta o PET, que revela que “está já em curso um grupo de trabalho para a reformulação da rede de Transportes de Lisboa”, cujas “estimativas iniciais apontam para uma redução dos 41,4

milhões de veículos/quilómetros (km) realizados em 2010 pela Carris, para cerca de 35,1 milhões de veículos/km”. O mesmo estudo está em curso no Porto, com as estimativas a apontarem para uma redução dos 28,8 milhões de veículos/km actuais, para 25,7 milhões de veículos/km, segundo o PET.

Já para a ferrovia, o plano aponta para a substituição dos comboios por autocarros “nas linhas de baixa procura”, estando decidida a desactivação da vertente de passageiros na linha do Alentejo (entre Beja e Funcheira), na Linha do Vouga, na Linha do Oeste (entre Caldas e Figueira da Foz), a desactivação da Linha de Cáceres – devido à alteração no Sud-Express e Lusitânia, que passam a viajar pela Linha da Beira Alta. As Linhas do Tua, Tâmega, Corgo e Figueira da Foz, são fechadas de vez.

Já no transporte fluvial, o PET aponta para o fim da ligação Trafaria/Porto Brandão, Seixal e Montijo, defendendo que os passageiros destas linhas passem a usar a ferrovia. *F.P.C.*

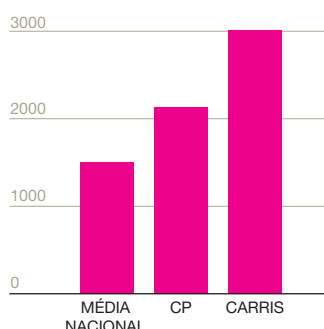
do Plano 2011 - 2015. Como nos próximos anos os salários dos funcionários públicos vão ficar congelados, então esta convergência salarial só poderá ocorrer nivelando por baixo.

Para que tal ocorra, diz o executivo já no Plano Estratégico dos Transportes (PET), há quatro medidas a tomar: reduzir encargos com administrações das empresas públicas – que tem pouco impacto –, reduzir os quadros de efectivos “que se encontram sobredimensionados”, reduzir a oferta das empresas e, por fim, “celebrar novos acordos de empresa, adequados à situação financeira das empresas e do país e em linha com as práticas e direitos vigentes para a generalidade dos trabalhadores portugueses”. Por esta expressão entende-se cortar a direito nos subsídios e ganhos acessórios, além do vencimento base, praticados nas empresas públicas – como prémios por cada dia de trabalho a que não faltem ou subsídios por quilómetro percorrido, no caso de maquinistas. Só atacando nestas frentes, defende o governo, será possível “uma acentuada redução dos custos com pessoal” nos transportes públi-

cos, de forma a tornar o sector viável e, assim, “preservar os muitos postos de trabalho que, em consequência da continuação ou agravamento dos actuais desequilíbrios financeiros do sector, seriam inevitavelmente destruídos”, como se lê no PET.

251 MILHÕES EM PESSOAL A Carris, STCP, metros de Lisboa e Porto e CP gastam anualmente 251

CUSTOS COM PESSOAL
VALOR MÉDIO POR EFECTIVO EM EUROS



Fonte: PET. A estimativa considera o salário médio, x14 meses, acrescido de TSU e subsídio de refeição.

milhões de euros na rubrica custos com pessoal, dando emprego a 9206 trabalhadores – dados do final de 2010. Este valor aponta para uma média global de 27,4 mil euros por trabalhador em cada uma das cinco empresas – incluindo impostos e Segurança Social –, valor bem acima do custo médio de um funcionário público para o Estado considerando as mesmas rubricas.

Olhando individualmente para cada empresa os valores são: na Carris um trabalhador custa em média 30 mil euros à empresa, na STCP perto de 25 mil, no Metro do Porto 48 mil euros, na CP a média é de 39 mil euros e no Metro de Lisboa cada trabalhador custa 54 mil euros/ano.

Imaginando que o governo consegue levar a cabo este nivelamento em baixa dos salários até 2015, então os encargos das empresas com os seus trabalhadores podem passar dos 251 milhões de euros de 2010, para menos de 140 milhões no final de 2015 – sem contar com os ganhos ao nível da redução de efectivos. Quanto aos cortes nas administrações (texto ao lado), o impacto possível atinge os 1,6 milhões de euros anuais.

Gestores. Novos limites e redução de cargos poupa 1,6 milhões

Líder do Metro do Porto vê salário cortado em 51%. Líderes da Refer ou Carris perdem 25%

Na reestruturação em curso no sector dos transportes, um dos pontos mais focados tem sido o corte de regalias das administrações, a redução do número de cargos de topo e a imposição de novos limites salariais para as equipas de gestão: salários não poderão superar os 5300 euros mensais do primeiro-ministro. Estas medidas, segundo cálculos do *i*, deverão permitir uma poupança anual a rondar os 1,6 milhões de euros nas empresas em situação mais crítica – CP, metros de Lisboa e Porto, Refer, STCP e Carris –, considerando os salários de 2010, já por si cortados em 5%. Estas empresas vão ser obri-

gadas a reduzir o total de administradores – de cinco para três –, poupando com isso cerca de 1,25 milhões de euros em todo o tipo de encargos – salário, telemóvel, carro, gasolina, seguros, etc... – segundo as contas feitas pelo *i* a todos os itens da remuneração destes cargos.

Além disso, e aplicando o limite de 5300 euros aos salários de quem fica nas administrações, as empresas conseguem um novo ganho de 394 mil euros anuais. É que o limite de 5300 euros agora estipulado implica uma redução salarial de 23% para o presidente da Refer – de 6,8 mil para 5,3 mil –, de 23,45% para os líderes da STCP e da Carris – cada um ganha 6,9 mil –, de 26,65% para o presidente da CP – tem um salário de 7,2 mil euros mensais. O maior corte ocorre no Metro do Porto: os 10,7 mil euros de salário do CEO são cortados em 51%. *F.P.C.*